

# **A expansão dos limites objetivos da coisa julgada**

*Pedro Henrique Reschke*

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2019

Copyright © 2019 by Pedro Henrique Reschke

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

R432e

Reschke, Pedro Henrique

A expansão dos limites objetivos da coisa julgada / Pedro Henrique  
Reschke. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.  
242 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 209-229.

ISBN 978-85-519-1308-6

1. Processo civil - Brasil. 2. Coisa julgada. 3. Questão prejudicial.  
4. Limite objetivo da coisa julgada. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

1. Direito, Processo e Decisão .....	1
1.1 A reconstrução do direito pela decisão judicial.....	1
1.1.1 Direito além do texto: a crise do paradigma exegético .....	1
1.1.2 As relações entre direito e processo.....	8
1.2 A decisão declaratória.....	13
1.2.1 Classificação das sentenças e sua natureza mista.....	14
1.2.2 Especificamente a eficácia declaratória .....	17
1.3 A decisão de mérito no direito pátrio.....	24
1.3.1 Conceito de sentença: problema semântico.....	24
1.3.2 O que significa julgar o mérito .....	32
1.3.2.1 Decisões terminativas e definitivas.....	32
1.3.2.2 Zona limítrofe: as condições da ação.....	35
1.3.2.3 Ainda as condições da ação e sua relação com o mérito.....	38
2. Coisa Julgada .....	45
2.1 Conceito e natureza jurídica da coisa julgada .....	45
2.1.1 A longa e sinuosa via das teorias materiais e processuais da coisa julgada .....	46
2.1.2 Os estudos sobre a coisa julgada no direito pátrio .....	50
2.1.2.1 Liebman: o “marco zero” .....	51
2.1.2.2 Coisa julgada em Barbosa Moreira: situação jurídica gerada pela imutabilidade do conteúdo da sentença .....	54
2.1.2.3 Coisa julgada em Baptista da Silva: qualidade da eficácia declaratória da sentença.....	55
2.1.3 Conceito de coisa julgada .....	59

2.1.3.1 Função da coisa julgada na realização dos direitos: elo entre o accertamento do direito (autoridade) e o provimento efetivo (eficácia) .....	60
2.1.3.2 Definição de coisa julgada .....	64
2.1.3.3 Coisa julgada formal: descartando um conceito inútil.....	67
2.1.4 A coisa julgada no CPC de 2015 .....	70
2.2 Limites da coisa julgada .....	72
2.2.1 Limites subjetivos.....	72
2.2.2 Limites objetivos e eficácia preclusiva .....	75
2.2.3 Limites temporais: falso problema .....	77
2.3 Efeitos da coisa julgada.....	79
2.3.1 Efeito negativo: coisa julgada como pressuposto processual.....	79
2.3.2 Efeito positivo: adoção da decisão transitada em julgado como premissa para o novo julgamento .....	82
3. Questões Prévias e Limites Objetivos da Coisa Julgada até o CPC de 2015.....	85
3.1 Questões prejudiciais .....	85
3.1.1 Elementos lógicos do processo: questão e ponto .....	85
3.1.2 Questões preliminares e prejudiciais.....	89
3.1.3 Conceito de prejudicialidade.....	92
3.1.3.1 Análise histórica: do empirismo à teoria substancial.....	93
3.1.3.2 Critério lógico .....	95
3.1.3.3 Critério jurídico .....	99
3.1.4 Causas prejudiciais .....	105
3.2 Mérito da causa e objeto litigioso .....	106
3.2.1 O conceito de lide e sua insuficiência para a definição do mérito da causa .....	106
3.2.2 Identificação da demanda a partir do pedido e da causa de pedir....	110
3.2.3 A resposta do réu como demanda declaratória .....	113

3.3 Limites objetivos da coisa julgada.....	120
3.3.1 A teoria restritiva dos limites objetivos da coisa julgada .....	120
3.3.2 Os limites da coisa julgada no Brasil até o CPC de 2015 .....	125
3.3.2.1 As incertezas do CPC de 1939.....	126
3.3.2.2 O CPC de 1973 e a ação declaratória incidental.....	127
3.3.3 O CPC de 2015 e a expansão dos limites objetivos da coisa julgada .....	131
4. Formação de Coisa Julgada sobre Questões Prejudiciais .....	133
4.1 A teoria expansiva dos limites objetivos da coisa julgada.....	133
4.1.1 Questões prejudiciais e amplitude do contraditório: a inexistência de distinção substancial entre questão conhecida e questão decidida.....	133
4.1.2 A formação de questão prejudicial equivale à propositura de reconvenção declaratória .....	138
4.1.3 Nada de (muito) novo sob o sol: as semelhanças entre o novo sistema e a antiga ação declaratória incidental.....	140
4.2 Requisitos legais para o trânsito em julgado da questão prejudicial ....	142
4.2.1 Indispensabilidade para o julgamento do mérito (art. 503, § 1º, I)	143
4.2.2 Contraditório prévio e efetivo (art. 503, § 1º, II, e § 2º).....	146
4.2.2.1 Plenitude do contraditório.....	146
4.2.2.2 Efetivação do contraditório: ponto prejudicial, renúncia ao direito em que se funda a prejudicial e revela .....	150
4.2.2.3 Ausência de restrições probatórias e limitações cognitivas .....	152
4.2.3 Competência absoluta do juízo (art. 503, § 1º, III) .....	154
4.3 Questão prejudicial e dispositivo.....	156
4.3.1 Enquadramento do problema: regras casuísticas e cláusulas gerais .....	156
4.3.2 Os limites objetivos da coisa julgada são regra aberta – e a questão prejudicial não precisa figurar no dispositivo.....	159

4.4	Formação e trânsito em julgado da questão prejudicial: impactos sobre o processo.....	164
4.4.1	Momento de formação da questão prejudicial .....	165
4.4.2	Formação de questão prejudicial concorrente com outro argumento.....	167
4.4.3	Litispendência, conexão e continência.....	170
4.4.4	Questão prejudicial resolvida contrariamente ao vencedor da principal.....	173
4.4.5	Litisconsórcio necessário quanto à questão prejudicial.....	174
4.4.6	Questão prejudicial e redistribuição da sucumbência.....	176
4.4.7	Interesse recursal.....	177
4.4.8	Julgamento antecipado da questão prejudicial e recurso cabível....	179
4.4.9	Rescisão da questão prejudicial.....	183
4.4.10	Subsistência da ação declaratória incidental.....	186
4.4.11	Pretensão meramente declaratória da existência de coisa julgada .....	188
4.4.12	Coisa julgada sobre questão prejudicial na sentença extintiva por “carência de ação” .....	190
4.5	Análise crítica do instituto.....	193
4.5.1	A necessária reforma cultural que deve suceder a reforma legislativa .....	193
4.5.2	Coisa julgada sobre questões de fato: oportunidade perdida? .....	196
	Conclusão.....	203
	Referências .....	209